

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL – GABINETE DO DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO SESSÃO DO DIA 28 DE JANEIRO DE 2025 RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PROCESSO : 0822041-66.2023.8.10.0001 RECORRENTE: EDERSON MEIRELES DE SIQUEIRA ADVOGADOS: GEORGE MUNIZ RIBEIRO REIS e JOSÉ MUNIZ NETO RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO EMENTA: Processual Penal. Recurso em Sentido Estrito. Organização Criminosa e Fraudes Cibernéticas. Trancamento de Inquérito Policial. Inexistência de Justa Causa Alegada. Elementos judiciais suficientes. I – O trancamento de inquérito policial, por sua excepcionalidade, exige a inexistência evidente de materialidade ou autoria delitiva, bem como a presença de causa excludente de ilicitude ou de extinção da punibilidade, o que não se verifica nos autos. II – Constatada a existência de indícios concretos de autoria e materialidade, somados à gravidade das condutas investigadas, descabe o trancamento do inquérito policial na presente fase de apuração. III – O prosseguimento das investigações é essencial para a coleta de elementos probatórios que formem a opinio delicti. IV – Recurso desprovido. Unanimidade. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito sob o nº 0822041-66.2023.8.10.0001, originários da Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados do Termo Judiciário de São Luis da Comarca da Ilha de São Luis/MA, em que figuram como recorrente e recorrido os acima enunciados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, ao recurso, se lhe negar o requerido provimento, nos termos do voto do relator. (RSE 0822041-66.2023.8.10.0001, Rel. Desembargador (a) ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 30/01/2025)